



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005273-69.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **Tecelagem São Carlos S/A**
 Embargado: **'Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Tecelagem São Carlos S/A – Em Recuperação Judicial opõe embargos à execução de título extrajudicial que lhe move o Banco do Brasil S/A, alegando (a) nulidade da cobrança da taxa de deságio a partir de 22/10/2011, eis que somente prevista contratualmente até 21/10/2011 (b) cobrança indevida de "imposto de renda" e "encargos financeiros do Bacen" vez que não houve a prova do efetivo desembolso (c) indevida cumulação de comissão de permanência com outros encargos, devendo ser expurgada a comissão.

Embargos recebidos sem efeitos suspensivo, fls. 66.

Impugnação aos embargos, às fls. 80/100.

Sobre a impugnação, manifestou-se a embargante, fls. 116/117.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 920, II c/c art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

O deságio, a partir de 22/10/2011, à 8,3% a.a (fls. 34), ou seja, 1,5% a mais do que o deságio contratado de 6.8% tem amparo contratual, confira-se fls. 27/31, Item IF 0065:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

"Ocorrendo liquidação, cancelamento ou baixa após a data prevista para liquidação do contrato de câmbio, fica o comprador autorizado a adicionar 1,5% a.a. (um e meio por cento ao ano) a taxa pactuada no campo outras especificações deste contrato de câmbio, pelo período compreendido entre a data prevista para liquidação do contrato de câmbio e a data do efetivo ingresso das divisas ou a data da regularização cambial, a que primeiro ocorrer".

A execução incluiu uma cobrança com a rubrica "imposto de renda pelo atraso na entrega de documentos/liquidação (Circular 2751 09/04/1997 do BACEN)".

Sustenta a embargante que o embargado não comprovou ter desembolsado qualquer quantia a tal título, daí porque não está amparada a execução.

O argumento deve ser aceito, pois o embargado, em impugnação, não trouxe qualquer linha a propósito desse tema, muito menos comprovou que tenha desembolsado qualquer quantia a título de imposto de renda, para ser agora ressarcido.

A referida Circular está amparada na MP nº 1563-7/97, cujo art. 1º, XI reduzia a zero a alíquota do imposto de renda no que diz respeito a "juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento de exportações".

A Circular disciplinou, no art. 1º, a "aplicação de créditos obtidos no exterior no financiamento de exportações brasileiras", e o parágrafo 1º estabelece que "os contratos de câmbio com prazos de entrega de documentos ou para liquidação vencidos não são computados para os fins e efeitos do disposto neste artigo".

No caso em tela, como venceu o prazo de liquidação, o contrato de câmbio em debate nos autos não seria, em tese, computado para efeito de redução da alíquota a zero, o que significa que seria pertinente a cobrança, pela instituição financeira, do que teve que desembolsar em razão da inadimplência.

Cabia-lhe, porém, a prova do desembolso, o que não ocorreu, vezque não se confunde o dever ser (norma que exigiria, no caso, o pagamento do imposto) com o ser (o efetivo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pagamento do imposto, pela instituição financeira).

O mesmo argumento se apresenta em relação aos "encargos do Bacen". Por mais que tais despesas pudessem ser repassadas ao embargante, a simples afirmação, unilateral, de que a instituição financeira desembolsou R\$ 10.099,85 a tal título não é suficiente. Imprescindível a comprovação do pagamento a ser reembolsado.

Quanto à comissão de permanência, não pode ser cumulada com juros remuneratórios, juros moratórios, correção monetária ou multa moratória, sob pena de *bis in idem*, pois a comissão já inclui todos esses encargos dentro de si. Nesse sentido as Súm. nº 30 e 296, do STJ, e também os seguintes julgados: AgRg no REsp 850.739/RS; AgRg no REsp 776.039/RS; AgRg no REsp 874.200/RS.

Neste caso concreto, houve a estipulação para a referida cumulação, como se verifica no Item IF 0058, fls. 29. Entretanto, o cálculo do saldo devedor, que instruiu a execução, excluiu os demais encargos e manteve apenas a comissão, veja-se fls. 35. Não há, então, excesso de execução por tal motivo.

Ante o exposto, ACOELHO EM PARTE os embargos à execução para reconhecer o excesso de execução no que diz respeito às cobranças com as rubricas "imposto de renda (atraso entrega documentos)" e "encargos financeiros do Bacen", de fls. 34, mantidas as demais.

Tendo em vista a sucumbência recíproca e proporcional, cada parte arcará com 50% das custas e despesas dos embargos, e, pelos embargos, pagará a embargante ao advogado do embargado honorários de R\$ 1.000,00, e o embargado ao advogado da embargante R\$ 1.000,00.

Transitada em julgado, vista ao embargado, nos autos principais, para o recálculo do montante devido, em conformidade com o dispositivo desta sentença.

P.R.I.

São Carlos, 02 de maio de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**